

Senado não pressiona Cardoso sobre acordo

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A decisão do governo brasileiro de recorrer ao mercado secundário para adquirir os "zero coupon bond" do Tesouro norte-americano — a operação envolveu "hedge" (proteção) contra variação de preços que pudesse pesar nos custos no momento da entrega dos papéis em garantia ao acordo da dívida externa, no dia 15 de abril — foi tomada entre outubro e novembro do ano passado, conforme confirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na comissão de assuntos econômicos do Senado Federal.

Em nenhum momento das três horas de sessão o ministro ou o presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan, disse ou deu a menor indicação de que a operação tinha sido completada. Os senadores conformaram-se com os poucos detalhes apresentados pelo governo, chegando até a dispensar a hipótese de uma sessão secreta: "não quero ser acusado de vaziar informações e prejudicar os interesses do País", antecipou-se o senador Renan Tito (PMDB-MG).

"Lá para outubro, chegaremos à conclusão de que ter um papel sólido em nossas reservas só traria vantagem para nós, agora, quanto custou a operação não é do meu conhecimento técnico e posso garantir que tudo foi feito com absoluta discrição, sem o risco mais remoto de qualquer especulação porque não houve um único especulador capaz de ganhar com a operação", declarou o ministro.

O presidente do BC, Pedro Malan, não confirmou nem desmentiu as informações levadas à comissão pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC) no sentido de que a aquisição de papéis do Tesouro norte-americano no mercado secundário teria custado ao País um adicional de US\$ 60 milhões a US\$ 68 milhões em comparação com o que seria gasto se os papéis tivessem sido adquiridos diretamente de emissão especial junto ao próprio Tesouro dos Estados Unidos.

"O cálculo é pura especulação, depende de várias hipóteses, inclusive da natureza do 'hedge' que foi feito", respondeu Malan, negando que um acordo tenha sido selado com os bancos credores internacionais que lhes assegurasse a primazia de serem depositários das reservas internacionais do País ou mesmo que funcionassem como administradores das reservas. No entanto, não descartou a hipótese de o BC vir a utilizar-se, no futuro, de meios na procura de melhor remuneração para as reservas internacionais do País.

O ministro Fernando Henrique Cardoso foi mais específico: "Há uma aposta no mercado internacional de que o Brasil pode dar certo e várias dessas instituições financeiras que atuam na prestação de serviços para administração de ativos, até de 'swap' (troca) de títulos de renda fixa por renda variável, estão dispostas a oferecer seu serviço sem comissão", adiantou o ministro, indicando que o País utilizou-se de agentes intermediários na operação que envolveu as reservas internacionais do País. "Não há comissão.



Fernando Henrique Cardoso

As instituições financeiras ganham no 'spread' (taxa de risco) e não estamos pagando nenhuma comissão além do ganho normal", disse ele.

A verdade é que muito pouco se informou até agora sobre a operação envolvendo a aquisição de "zero coupon bonds" do Tesouro dos Estados Unidos. Tanto o ministro quanto o presidente do BC alegaram a necessidade de manter os detalhes da operação em sigilo, com o compromisso de revelar todos os pontos só depois de 15 de abril, quando ocorrerá a troca da dívida externa velha pelos novos bônus oferecidos pelo Brasil aos bancos credores internacionais.

"Há ansiedade dos operadores do mercado internacional que querem saber o que fez o Brasil, o que fará e qual a natureza do 'hedge' que fizemos, mas eu não tenho comentários a fazer, não vamos dar informações para que os operadores possam operar inclusive contra o Brasil", atestou Pedro Malan, qualifi-

cando de precipitada a interpretação de que o País teria perdido dinheiro com a operação.

Ele explicou que uma comissão especial de "zero coupon bonds" do Tesouro dos Estados Unidos envolve sempre uma negociação dura. "O preço dos papéis é objeto de negociação e normalmente leva em conta os últimos leilões e, além disso, esses títulos não podem ser comercializados no mercado, a menos que seja autorizado pelo Congresso norte-americano", acrescentou Malan.

Suas informações sobre a operação restringiram-se a duas negativas: "Nós não começamos a comprar os papéis em outubro porque as cotações no mercado não eram favoráveis e também não entramos no leilão primário de 'zero coupon' em fevereiro (o Tesouro dos Estados Unidos realiza por ano dois leilões primários de 'zero' de 30 anos de prazo, um em agosto e outro em fevereiro) porque o volume era pequeno e chamariamos muita atenção", disse Malan, frisando que a operação de "hedge" realizada pelo País foi feita no sentido de "ter ganhos".

Muitas foram as perguntas apresentadas ontem pelos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal que ficaram sem resposta. Isto, no entanto, não causou nenhum tipo de constrangimento para o Executivo, já que os próprios senadores revelaram-se compreensivos e conformados em acatar a alegação sobre a necessidade de sigilo nas informações.

O senador Espiridião Amin, depois de achar estranho que o FMI tenha

mencionado em sua nota (divulgada na semana passada, na qual joga para a frente a possibilidade de acordo do tipo "stand by" com o Brasil) a perspectiva de retomar as negociações com base no orçamento de 1995 a ser apresentado ao Congresso até agosto deste ano "na certa o FMI acha que vamos inovar já que estamos ainda sem o Orçamento de 1994", brincou o senador, lembrando que no período de Dom Pedro I o País chegou a ficar sete anos sem orçamento — apresentou um rol extenso de perguntas.

(.) Quem deu e quando foi dada autorização para a compra dos títulos no mercado secundário?

(.) Qual ou quais corretoras ou distribuidoras participaram da operação?

(.) Houve reflexo nos preços dos títulos brasileiros negociados no exterior no mesmo período?

(.) Quais as oscilações dos valores dos títulos no mercado secundário nesse período?

(.) É possível identificar corretores e distribuidores que ao mesmo tempo participaram de operações envolvendo compra dos títulos do Tesouro norte-americano e papéis brasi-

leiros no mercado secundário?

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), convencido de que a equipe econômica negociou com o FMI sabendo que não ia assinar nenhum acordo com aquele organismo, também apresentou uma série de perguntas que ficaram por enquanto sem resposta. Ele quis saber:

(.) Qual a data em que o Banco Central começou a comprar os bônus? Por ordem de quem?

(.) Quantas instituições foram autorizadas a comprar? Quanto foi negociado?

(.) Qual a maior e o menor "spread" (taxa de risco) pago entre a primeira e a última operação? Qual o total pago até hoje?

As respostas a todas estas perguntas só deverão ser dadas depois de 15 de abril. Pedro Malan apenas respondeu ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), interessado em saber quanto o País pagará de juros externos neste ano, que as despesas cambiais com juros devidos pelo setor público devem se situar entre 0,76% e 0,79% do PIB, estimando o valor do PIB entre US\$ 450 bilhões e US\$ 500 bilhões.